



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

AMANDA DOS SANTOS MARTINS

**O PAPEL DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: reflexões a partir de
uma experiência no Instituto Legislativo Brasileiro**

Brasília
2025

AMANDA DOS SANTOS MARTINS

**O PAPEL DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: reflexões a partir de
uma experiência no Instituto Legislativo Brasileiro**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília como requisito parcial para obtenção
do título de Pedagogo(a)**

Orientação: Prof^a Dra. Renata Silva Almendra

Brasília

2025

TERMO DE APROVAÇÃO

Amanda dos Santos Martins

O PAPEL DO PEDAGOGO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: reflexões a partir de uma
experiência no Instituto Legislativo Brasileiro

Comissão examinadora:

Prof.^a Dr.^a Renata Silva Almendra - Orientadora
(Departamento de Métodos e Técnicas) (FE/UnB)

Prof.^a Dr.^a Andréia Mello Lacé - Membro da Banca
(Departamento de Políticas Públicas e Gestão da Educação) (FE/UnB)

Prof. Dr. Marcelo Fabiano Rodrigues Pereira – Membro da Banca
(Departamento de Métodos e Técnicas) (FE/UnB)

Brasília

2025

CIP - Catalogação na Publicação

MM386p Martins, Amanda dos Santos.
O papel do pedagogo em espaços não escolares: reflexões a partir de uma experiência no Instituto Legislativo Brasileiro / Amanda dos Santos Martins;
Orientador: Renata Silva Almendra. Brasília, 2025.
33 f.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Pedagogia) Universidade de Brasília, 2025.
1. Pedagogia. 2. Escolas de Governo. 3. Formação Continuada. 4. Administração Pública. 5. Instituto Legislativo Brasileiro. I. Almendra, Renata Silva, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por me conceder força, sabedoria e fé em toda esta trajetória acadêmica e por sempre me sustentar em todas as etapas dessa longa caminhada chamada vida. Dedico também aos meus pais, por nunca saírem do meu lado e por sempre me apoiarem em toda e qualquer circunstância. Se cheguei até aqui, foi graças a eles. Dedico por fim, à minha avó Soleny, a maior responsável pela minha escolha deste curso. Sua força e acolhimento sempre me mostraram que eu podia ir cada vez mais longe e ser sempre quem eu sou, sem medo de viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por sempre me conceder força e sabedoria em todas as etapas da minha vida. Nesta não seria diferente, foi a Sua presença que me sustentou até aqui.

Agradeço aos meus pais, por cada conselho e por cada “sermão”, que foram essenciais para que eu me tornasse quem sou hoje. Agradeço por todo o apoio e esforço para que eu concluísse essa etapa, cada detalhe contou, desde as marmitas de almoço preparadas em meio à correria, até as esperas na parada de ônibus tarde da noite. Prometo honrá-los por toda a minha vida, pois sem eles eu não teria chegado até aqui.

Agradeço à minha avó Soleny, afinal este sonho também é dela. Dedico-lhe todo o meu curso, pois, mesmo diante de tantas dificuldades, alfabetizou-se sozinha. É a pessoa mais forte que eu já conheci, generosa até mesmo com quem não merece 1% de sua compaixão. Nunca deixou de trabalhar nem de se esforçar pelos seus, mesmo diante das dores.

Agradeço à minha família materna, por cada palavra de conforto que me ajudou a seguir em frente e não desistir. Foram essenciais neste processo, oferecendo apoio e colo quando eu já não tinha mais forças para prosseguir.

Agradeço ao meu quarteto da UnB, Lucas, Andressa e Ana Clara. Sem vocês, nada disso seria possível e a caminhada seria muito mais pesada e difícil.

Ao Lucas, agradeço por cada momento. Se existe alma gêmea, você certamente é a minha. Sempre estive ao meu lado, nos bons e maus momentos, desde o ensino médio e sei que prevalecerá para sempre.

À Andressa, obrigada por tudo que já vivemos juntas até aqui, por cada acolhimento na sua casa, pelas caronas até a rodoviária, por partilhar os mesmos gostos, e principalmente, por estar presente sempre que precisei.

À Ana Clara, agradeço por ser quem é, por cada história juntas, por cada risada, apoio, colo e abraço (por mais que eu deteste), mas amo muito esse seu jeito carinhoso de ser.

Aos três, meu mais sincero obrigada por todas as tardes e noites que passamos juntos nos bancos da FE, do ICC, no RU e até mesmo fora da Universidade. Vocês foram minha família aqui dentro. Choramos juntos, mas também sorrimos juntos, foi incrível crescer e

amadurecer com vocês nestes quatro anos de graduação. Vocês sempre estarão comigo, independente de qualquer circunstância.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Renata Almendra, pela disponibilidade e assistência sempre que precisei, e por ter aceitado, desde o início, me orientar neste trabalho. Suas valiosas contribuições foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Você é, sem dúvida, uma fonte de inspiração.

MEMORIAL

Minha trajetória escolar começou no jardim de infância aos três anos de idade em uma creche chamada Centro de Convivência Educacional Infantil Divino Espírito Santo (CCEIDES), mais conhecida como Creche Divino Espírito Santo. Não tenho muitas lembranças desta época pois era muito pequena, mas me lembro que passava o dia inteiro nela, brincava, pintava, dormia, tomava banho e comia. Foi uma fase que acredito que tenha me traumatizado bastante porque eu só me recordo de momentos “ruins” em que vivi lá. Lembro que as professoras meio que nos obrigavam a lanchar tudo e a dormir e, como futura pedagoga, não acho isso algo legal para as crianças. Entendo que as crianças devem ser respeitadas e, se não quiserem dormir naquele momento, a professora deveria procurar algo para a criança fazer, como uma brincadeira ou algo que vá entretê-la de tal forma. Mas não era bem isso que acontecia na nossa rotina da creche.

Depois fui para a Escola Classe 10 do Gama (todas as escolas que passei estão localizadas no Gama), onde fiquei do 1º ao 5º ano. Me lembro de muitos momentos marcantes nessa escola, como o Dia das Crianças que todo ano tinha muita brincadeira, futebol de sabão, pula-pula, muitos brinquedos. Me lembro dos doces que a gente comprava, dos funcionários da escola, todos eram incríveis, eu gostava muito de lá. Tive professoras incríveis e me lembro do nome de apenas três delas: a Ana Helena, foi a que mais me marcou, não lembro ao certo em qual série ela me deu aula, mas ela era uma profissional incrível e lidava muito bem com as crianças. Hoje eu estou com vinte e três anos e já encontrei ela no supermercado e fiquei muito feliz porque ela lembrou de mim e veio conversar comigo, me chamou pelo apelido que sempre me chamava, “bambã”. Não lembro o motivo do apelido, mas era de forma carinhosa e foi com ela que eu aprendi a ler e escrever.

Outra professora da mesma escola que me marcou também foi a Andréia, que também foi uma pessoa incrível demais para mim e eu queria muito reencontrá-la, mas nunca mais a vi. Eu a achava admirável, considerava ela uma inspiração. E por último, ainda nessa escola, destaco aqui a minha professora do 4º ano, a Necy. Ela me repreendia bastante em relação à matemática, pois sempre tive muita dificuldade com exatas. Eu já estava quase indo para o Ensino Fundamental 2, então era algo que eu precisava saber bem para passar para a próxima série. Necy foi alguém que me ajudou bastante com isso, ficava ali me dando toda a atenção e apoio necessário para que eu aprendesse matemática, até me colocou em aulas de reforço para

que eu aprendesse de uma forma que eu não iria me prejudicar no próximo ano. Assim, eu consegui entrar no Ensino Fundamental 2 sabendo matemática muito melhor.

No Ensino Fundamental 2, fui para o Centro de Ensino Fundamental 10 do Gama, onde tive muitos professores maravilhosos e muitos considerados rígidos pela turma. Ali começava uma nova fase na qual as responsabilidades surgiriam, agora seriam várias aulas em um único dia, matérias e professores diferentes. Foram muitos professores, então não citarei todos, mas os mais marcantes. A Cleonice foi minha professora de Português e por muitos considerada como “chata”. Eu sempre gostei muito de Português e quando tive aula com ela me questionei se realmente gostava porque ela era extremamente rígida e passava muitas atividades, redações, resenhas e colocava os alunos para ler mesmo. Por um lado, eu entendia, porque ela agia meio que igual a minha professora Neco, queria que nós aprendêssemos de um jeito ou de outro. Mas adolescente quer coisas fáceis e acaba não notando isso e chamando o professor de chato. Tive outro professor de Português maravilhoso, muitos achavam ele meio atrasado, mas eu o achava o máximo. Acho que desde pequena sempre gostei muito de Português e isso influenciou nos professores que eu admirava. Tive muitos educadores marcantes nesta época, porém são muitos para falar aqui.

No Ensino Médio estudei no Centro de Ensino Médio 2 do Gama. Gostava muito daquele lugar, que me trouxe momentos incríveis. Afinal, era o Ensino Médio, todo mundo queria chegar nele! Ali eu amadureci, conheci pessoas que levarei para a vida, professores maravilhosos que eu admiro muito. Queria voltar na escola para conversar com cada um deles. No Ensino Médio eu aprendi a gostar de Biologia e meu professor Lúcio ensinava de forma lúdica e isso deixava a aula descontraída e, assim, ele conseguia fazer com que os alunos aprendessem Biologia de uma forma mais atrativa. Tive uma professora de Inglês chamada Nalva, ela foi marcante demais, colocava as carteiras em círculo e todo mundo socializava em inglês sem uma certa “rotina” para não ficar maçante. Isso fazia com que as suas aulas fossem sensacionais, nem víamos a hora passar. Dentre esses professores, me marcaram os que lecionavam as matérias: Espanhol, Sociologia, Matemática e por aí vai.

Com o Ensino Médio também pude conhecer o Programa de Avaliação Seriada (PAS). Fiz as três etapas de forma tranquila, na terceira etapa estávamos na pandemia, e foi uma incógnita porque não sabia o que iria ser feito dali para frente. Fiz a prova quando os casos de COVID-19 haviam diminuído, e lembro que foi um momento bem angustiante e tenso, pois eu tinha terminado um relacionamento uma semana antes da prova e não estava com meu

emocional bom para fazê-la. Mas fui e deu tudo certo. Eu não tinha confiança nenhuma de que iria conseguir passar naquela prova, tanto que na hora de ir para casa, falei para a minha mãe que não ia conseguir entrar na UnB, pois achei que a prova estava difícil. Em outubro de 2021, saiu o resultado dos aprovados no PAS e eu não acessei o portal para pesquisar o meu nome porque achei, de verdade, que não tinha conseguido. Porém um amigo do Ensino Médio olhou e me mandou uma mensagem falando que era para eu entrar no site e conferir. Pois assim fiz, e lá estava o meu nome como aprovada em Pedagogia. Foi uma das melhores sensações que já pude sentir na vida, fiquei perplexa! E, assim, entrei na tão sonhada UnB.

Estar na Universidade de Brasília sempre foi um sonho, mas um sonho considerado distante. Eu achava que não era possível e que somente alunos de escola particular ou cursinho entravam em uma universidade federal. Lembro que no momento em que fui escolher o meu curso, não fazia ideia de qual escolher, mudei de curso três vezes durante o período de inscrições no vestibular. Sempre soube que nasci para a educação e era para essa área que iria, mas queria ter opções e não visava muito estar em sala de aula lecionando. Foi aí que virou uma chave na minha cabeça e sabia que poderia me encontrar na Pedagogia por ser uma área ampla e eu ter vários caminhos para seguir. Com a entrada no curso de Pedagogia, pude entender e enxergar ainda mais o tanto que é uma área ampla. Muitas pessoas acham que é só dar aula e cuidar de crianças, mas não, quando você ingressa em Pedagogia você vê que é muito mais do que isso.

Com os estágios obrigatórios tive experiências incríveis com as crianças, principalmente as menores, mas nunca foi algo que me encheu tanto os olhos quanto a educação fora do ambiente escolar. Desde o início do meu curso busquei estágios remunerados em ambientes que não fossem escolas de educação básica, mesmo todo mundo dizendo que era muito difícil. Mas gosto de desafios e sou determinada! Até cheguei a fazer o estágio remunerado em uma escola pública, que é um ambiente completamente diferente da escola particular, onde é mais comum ver estudantes de Pedagogia atuando. Apesar desse estágio ter sido incrível com as crianças, com a gestão da escola não foi tão incrível assim e continuei buscando outros estágios em órgãos públicos preferencialmente. Nunca cogitei estagiar em escolas, pelo contrário, fugia bastante. Recebi várias propostas, mas sempre recusava. Até que surgiu a oportunidade de vaga no Senado Federal, que eu imaginava ser quase impossível de ser aprovada, visto que o processo seletivo era bem complexo. Mas me inscrevi e fui chamada para a entrevista. Até conseguir agendar essa entrevista, muitas coisas deram errado, mas de fato era para ser. O próprio chefe do setor entrou em contato comigo

querendo que eu fizesse a entrevista na data em que eu escolhesse, e assim fiz, fiz prova e redação, difíceis, mas não impossíveis, e fui chamada logo no outro dia. Comecei o meu tão sonhado estágio em órgão público e foi um choque, pois era tudo muito novo. É, de fato, uma parte da pedagogia que não é “ensinada” e nem abordada no curso de graduação. No início achei que não conseguiria realizar todas as minhas demandas, e isso me desencadeou muitas crises de ansiedade, mas deu tudo certo. Gosto tanto desse trabalho que assim cheguei nesse tema para desenvolver em meu Trabalho Final de Curso. Como disse no trecho acima “gosto de desafios”, decidi que não queria um tema de TFC que fosse “comum”, e escolhi falar de escolas de governo. Sempre me perguntei o que um Pedagogo faria nesses espaços não escolares e qual seria seu papel principal ali dentro, já que quase ninguém fala sobre isso e focam mais na educação infantil/fundamental. E quando comecei o estágio nesse ambiente, vi o quanto a nossa profissão é importante também para fora da sala de aula, somos nós que fazemos o papel de planejar e executar e ser um agente de transformação social em conjunto com as outras profissões.

RESUMO

O presente Trabalho Final de Curso traz uma análise do papel do pedagogo em espaços não escolares, com foco em escolas de governo, entendidas como instituições responsáveis pela formação e capacitação de servidores públicos. O objetivo é discutir as escolas de governo enquanto espaços educativos, enfatizando seu papel na formação continuada de servidores e no desenvolvimento das práticas pedagógicas voltadas para a administração pública. A pesquisa emprega abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e no relato de experiência decorrente do estágio realizado no Instituto Legislativo Brasileiro, escola de governo vinculada ao Senado Federal. A análise mostra a organização institucional do ILB, seus programas formativos e os processos educativos que desenvolve, evidenciando a importância do pedagogo no planejamento, acompanhamento e na avaliação das ações de formação continuada oferecidas ao público interno e externo. Os resultados indicam que a presença do pedagogo em escolas de governo amplia as possibilidades de intervenção profissional, fortalece as práticas educativas voltadas à aprendizagem em sua vida e contribui para a qualificação dos serviços prestados pelo Estado. Conclui-se que a atuação pedagógica nesses espaços traz relevância social e institucional, além de demonstrar a amplitude do espaço de trabalho do pedagogo para além da educação básica, enfatizando a necessidade de formação voltada para diferentes realidades educativas.

Palavras-chave: Pedagogia; Escolas de Governo; Formação continuada; Administração Pública; Instituto Legislativo Brasileiro; Espaços não escolares.

ABSTRACT

This Final Course Project analyzes the role of the pedagogue in non-school settings, focusing on government schools, understood as institutions responsible for the training and development of public servants. The objective is to discuss government schools as educational spaces, emphasizing their role in the continuing education of civil servants and in the development of original pedagogical practices for public administration. The research employs a qualitative approach of an exploratory and descriptive nature, based on a literature review and an account of experience resulting from an internship at the Brazilian Legislative Institute (ILB), a government school linked to the Federal Senate. The analysis shows the institutional organization of the ILB, its training programs, and the educational processes it develops, highlighting the importance of the pedagogue in the planning, monitoring, and evaluation of continuing education actions offered to internal and external audiences. Its results indicate that the presence of the pedagogue in government schools expands the possibilities for professional intervention, strengthens educational practices focused on lifelong learning, and contributes to the improvement of services provided by the State. It is concluded that pedagogical work in these spaces has social and institutional relevance, in addition to demonstrating the breadth of the pedagogue's work space beyond basic education, emphasizing the need for training geared towards different educational realities.

Keywords: Pedagogy; schools of government; continuing education; public administration; Brazilian Legislative Institute; Non-school spaces.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. Escolas de Governo: formação de servidores e evolução da Administração Pública Brasileira.....	16
2. Instituto Legislativo Brasileiro: formação, capacitação e modernização do Poder Legislativo.....	21
3. O papel do pedagogo em espaços não escolares: reflexões e vivências no Instituto Legislativo Brasileiro.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

INTRODUÇÃO

O papel do pedagogo nos espaços não escolares é de suma importância, visto que o profissional de pedagogia pode atuar como mediador do conhecimento, articulador de saberes e promover os processos da formação humana, focando principalmente na inclusão, emancipação e transformação social. Seu trabalho pode ampliar o acesso à educação em diversos contextos e lugares e garantir que ela seja ainda mais significativa. O foco maior deste Trabalho Final de Curso é apresentar o papel do pedagogo nas escolas de governo, onde ele atua como articulador pedagógico das políticas de formação do Estado, auxiliando na formação principalmente de servidores públicos e comissionados e qualificação da gestão pública, para que assim estejam sempre preparados e capacitados em suas demandas de trabalho.

A justificativa para a escolha desse tema, foi devido a esta ser uma pauta pouco comentada e conhecida no contexto acadêmico do Curso de Pedagogia. Balizados por um senso comum, muitos acreditam que o pedagogo pode atuar somente em sala de aula com crianças. Ao começar a fazer estágio na escola de governo do Senado Federal, comecei a ser muito indagada pelos colegas sobre o trabalho que eu exercia lá e sobre o que eu queria fazer após me formar em Pedagogia. Refletindo sobre essas questões que cheguei a esse tema de TFC. Quando entrei para estagiar no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), notei que o pedagogo vai muito além de lecionar, educar e preparar aulas. Nessa oportunidade, passei a ter contato com o outro lado da pedagogia, o lado que é quase desconhecido por muitos dessa área, talvez um pouco mais calmo e silencioso, e sem aquela afetividade que recebemos das crianças. Estar em uma escola de governo nem sempre é tranquilo, pelo contrário, a demanda muitas vezes pode ser bem maior do que a de uma escola da educação básica, dependendo do ponto de vista de cada um. Aqui estamos lidando com servidores formados para exercer cargos voltados para a administração pública, então acabamos entrando e precisando ter um pouco de conhecimento em outras áreas da gestão pública.

Com essa experiência, passei a compreender o papel do pedagogo nos espaços não escolares e sua devida importância para a sociedade como um todo. Nós, pedagogos, podemos estar presentes em diversos ambientes e ainda sim sermos professores por formação, afinal, nosso papel, de maneira geral, é planejar, executar, coordenar e avaliar processos educativos seja onde escolhemos atuar. Com esse trabalho espero poder trazer mais esse conhecimento, não somente para os estudantes e futuros pedagogos, mas para a sociedade em geral. Que a

pedagogia possa ser vista como uma profissão muito bonita e ampla que é como ela realmente é!

Apresentadas essas considerações iniciais, identifico que o objetivo geral deste trabalho é discutir as escolas de governo enquanto espaços educativos, enfatizando seu papel na formação continuada de servidores e no desenvolvimento das práticas pedagógicas voltadas para a administração pública. A partir disso, busca, de maneira específica, discutir o histórico, as características e a importância das escolas de governo no Brasil, mostrando a sua criação e evolução no cenário das políticas públicas. Além disso, pretende-se, apresentar o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o funcionamento da escola de governo vinculada ao Senado Federal, bem como apresentar o papel do pedagogo no ILB, baseando-se na minha vivência de estágio não obrigatório e trazendo minhas contribuições nos processos educativos desenvolvidos pela instituição.

Este Trabalho Final de Curso é de natureza qualitativa, com uma abordagem exploratória e descritiva, e utiliza como principais procedimentos a pesquisa bibliográfica e o relato de experiência. A investigação se desenvolve a partir da análise de textos acadêmicos e artigos científicos que abordam a atuação do pedagogo e o papel das escolas de governo no Brasil.

O presente artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. A primeira apresenta uma visão geral sobre as escolas de governo no Brasil, onde aborda o histórico, características e a importância dessas como espaços educativos. A segunda seção irá tratar do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), destacando sua atuação enquanto escola de governo vinculada ao Senado Federal. A terceira seção discute o papel do pedagogo no ILB, baseando-se na minha experiência de estágio não obrigatório realizado no ILB, refletindo sobre as possibilidades de atuação nos espaços não escolares.

1. Escolas de Governo: Formação de servidores e evolução da Administração Pública brasileira

Afinal, o que são as Escolas de Governo (EG)? Talvez seja algo muito pouco conhecido pela sociedade, mas que tem um grande significado e importância para o Estado e para o serviço público, tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal. As Escolas de Governo são instituições de ensino voltadas para a formação e capacitação de servidores públicos, que oferecem não apenas cursos técnicos, mas também o desenvolvimento de

competências gerenciais e políticas, vinculadas principalmente a órgãos do governo, sejam eles do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, embora também possam ser independentes e atuar em parcerias com universidades e centros de pesquisa. De forma diversa, as Escolas de Governo podem ofertar somente cursos livres de curta duração ou trabalharem com programas mais estruturados, com especializações e mestrados voltados para o setor público.

As Escolas de Governo surgiram da crescente complexidade da administração pública e das demandas da sociedade por serviços mais eficientes. O servidor público capacitado em áreas específicas é de extrema importância para a implementação eficaz de políticas públicas. Assim, essa formação contínua evita problemas, como uma burocracia ineficiente, desperdício de recursos públicos e até mesmo a corrupção.

O objetivo principal dessas escolas é, portanto, a capacitação dos servidores, fazendo com que eles possam ser cada vez mais eficientes em suas funções, atualizando constantemente seus conhecimentos sobre legislação, tecnologias, elaboração de projetos e novas práticas de gestão, para que não fiquem “parados no tempo”. Há também um foco na preparação de gestores para funções de alto nível para que, assim, possam liderar mudanças e trazer mais inovações para o setor público, considerando sempre a importância da ética na administração pública e o compromisso com a transparência.

Nesse sentido, destaca-se também a importância da criação de espaços para o compartilhamento de debates de experiências entre os servidores na gestão pública, além de estimular a adoção de novas tecnologias dentro desses espaços. As EG buscam promover os cursos e programas que mais atendam as demandas reais da administração pública. Assim como enfrentamos desafios em todas as áreas da educação básica, nas escolas de governo não é diferente. Tais desafios acabam dificultando a expansão e a consolidação desses espaços, como, por exemplo, a falta ou diminuição de verbas pode limitar a oferta de cursos, mudanças de governo também podem impactar diretamente nas EG e, de certa forma, acabar impedindo a formação de servidores. Outro fator é a falta de integração entre as escolas no Brasil, o que dificulta a padronização e o compartilhamento de formações, sendo assim, a maioria das escolas atua isoladamente.

O surgimento dessas escolas está justamente relacionado à evolução do setor público e a sua necessidade de uma maior profissionalização na administração pública. Antes da criação dessas instituições, muitos países trabalhavam sob um modelo clientelista, onde os cargos eram ocupados por indicação política sem exigir uma qualificação técnica. No entanto, com o crescimento da complexidade das funções estatais e a grande demanda por uma eficiência

administrativa, tornou-se essencial preparar tecnicamente os servidores públicos para melhor desempenho de suas funções. De acordo com Freire e Palotti (2015, p. 49):

Embora o debate acerca da reforma do Estado brasileiro esteja longe de se encerrar, o atual quadro da administração pública federal indica uma evolução no sentido da profissionalização do serviço público, em que os servidores são mais escolarizados, ocupam a maior parte dos cargos em comissão e recebem salários mais atraentes.

As principais motivações que levaram a criação das EG incluem as reformas administrativas e a expansão do papel do Estado que, com o crescimento das funções estatais, se viu diante da necessidade de ter gestores mais capacitados. Com o crescimento da burocracia, ter um corpo técnico especializado tornou-se essencial para garantir a continuidade e a qualidade das políticas públicas.

Segundo o artigo de Fernandes (2015), as primeiras ideias sobre Escola de Governo foram criadas nas reformas administrativas do governo Vargas (1937-1945) e do governo Castello Branco (1964-1967). Naquele momento, a proposta era criar instituições especializadas na formação de quadros técnicos e dirigentes e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) teve um papel central na profissionalização do serviço público, mas não consolidou institucionalmente uma política de formação continuada. Foram criadas instituições como o Instituto Rio Branco e a Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV/EBAPE), que, embora relevantes, tiveram impacto limitado na formação sistemática de servidores públicos. De acordo com Fernandes (2015, p. 06):

Analisada na perspectiva da sua construção institucional, a trajetória da Administração Pública no Brasil sofreu a descontinuidade das iniciativas de reforma administrativa e o declínio da atuação DASP, depois de 1945, no período que se seguiu ao regime autoritário de Vargas.

A Reforma Administrativa de 1996, conhecida como reforma Bresser Pereira, conduzida por Luiz Carlos Bresser Pereira, foi um marco para a transição da administração pública, que passou de um modelo burocrático para algo gerencial. Foi uma reforma que contribuiu muito para o crescimento das Escolas de Governo e também para a criação da Política Nacional de Capacitação de Servidores (1998), que foi implementada para assegurar o acesso do servidor às oportunidades de capacitação. As atividades de capacitação são: acompanhamento de cursos, seminários, congressos, atividades não convencionais, tais como grupos de estudo. Para participar dessas capacitações, o servidor conta com uma licença-

capacitação, que lhe permite a cada 5 anos, solicitar a liberação para o acompanhamento, em tempo integral de cursos até o limite de 176 horas. De acordo com Fernandes (1998, p.44):

A implementação da política de capacitação deverá assegurar o acesso do servidor a pelo menos uma oportunidade de capacitação, anualmente. Os órgãos e entidades da administração federal deverão elaborar Plano Anual de Capacitação, em consonância com diretrizes, públicos-alvo e áreas prioritárias que deverão ser estipuladas, a cada biênio, por uma comissão interministerial que será responsável pela coordenação e avaliação das ações de capacitação.

A obrigatoriedade de garantir pelo menos uma oportunidade de capacitação por ano aos servidores potencializa a ideia de que o aprendizado é um processo permanente e importante para a melhoria da gestão pública e dos serviços prestados para a comunidade.

A Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), é a principal EG que temos atualmente. Esta se destaca por estar voltada a todas as áreas de governo e se tornou central na proposta de formação de servidores públicos federais. A ENAP foi criada em 1986, como uma diretoria da Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP), com a proposta de capacitar servidores de nível superior de todas as áreas de governo, e a missão de modernizar e tornar eficiente a administração pública federal. Foi inspirada em modelos como a ENA francesa, e buscava formar lideranças com perfil técnico-político e visão estratégica. A École Nationale d'Administration (ENA) francesa foi considerada pelo ex-embaixador Sérgio Paulo Rouanet como exemplo que melhor representava a realidade brasileira (Coelho e Lemos, 2020) e, assim, surgiu a ENAP no Brasil, vinculada ao Ministério do Planejamento (atualmente Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI), com a missão de fortalecer a capacidade de governo através da qualificação técnica e gerencial.

A ENAP hoje oferece cursos de pós-graduação lato sensu e mestrados profissionais nas áreas de Políticas Públicas, Governança e Desenvolvimento, além das inúmeras especializações nas áreas de Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Segurança da Informação e etc. Também trabalha com a Educação Executiva, ofertando cursos de curta duração, mas de alto impacto sobre temas como transformação digital, privacidade e segurança da informação. Na modalidade de ensino a distância, a ENAP oferece treinamentos auto instrucionais na área de gestão pública e tecnologia, nada muito diferente do que as outras Escolas de Governo do Brasil ofertam. A ENAP se destaca em vários projetos anuais e iniciativas estratégicas, como Laboratório de IA; Semana de Inovação, dentre outros. A ENAP se configura, dessa forma, em uma verdadeira catalisadora de inovação no Brasil,

buscando sempre trazer formação estratégica e desenvolvimento de capacidades no serviço público.

A ENAP também oferta cursos de formação de servidores aprovados em grandes concursos públicos, como o Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). O Programa de Formação Inicial são atividades educacionais planejadas para capacitar e integrar candidatos convocados no CPNU de algumas carreiras como: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analista de Comércio Exterior, Analista em Tecnologia da Informação, Analista de Infraestrutura e Analista Técnico de Políticas Sociais. Os cursos possuem duração de 360 e 580 horas, conforme a carreira, e recebem certificação de pós-graduação. São utilizadas metodologias ativas de ensino e aprendizagem, focando sempre no desenvolvimento de competências profissionais. Realizar tais cursos é obrigatório para aqueles que são convocados no CPNU, pois trata-se da terceira etapa do concurso, que tem caráter eliminatório e classificatório, ou seja, reprovar nesses cursos resulta na eliminação do concurso.

É importante destacar ainda que a ENAP possui diversas parcerias com outras instituições nacionais e internacionais, algumas delas são: Tribunal de Contas da União (TCU); Presidência da República; Ministério da Gestão e Inovação (MGI); Secretaria-Geral da Presidência. E internacionais são: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) + TCU; Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) + Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), *UN agencies*, Harvard e outras universidades. Todos esses órgãos atuam juntos, porém cada instituição demanda capacitações e formações em assuntos distintos. Embora todas essas entidades sejam voltadas para áreas da tecnologia, fiscalização, financiamento, desenvolvimento e pesquisa, trabalham juntamente com a ENAP para melhorar a modernização do Estado, a inovação na gestão pública e o desenvolvimento pleno dos servidores.

No Brasil, podemos destacar algumas Escolas de Governo nos três poderes da federação. Assim, no Poder Executivo temos a ENAP como exemplo de escola de administração pública, e as escolas de políticas públicas setoriais como a Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/FIOCRUZ). Ainda nesse âmbito do Poder Executivo, mas indo para a administração indireta com as empresas públicas e as sociedades de economia mista, temos as universidades corporativas, como a Universidade Caixa, a Universidade do Banco Central (UniBacen) e a Universidade Petrobrás. Já no Poder

Legislativo nacional, estão as escolas de Parlamento como o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) no Senado, que é a escola que escolhi para dar centralidade a esta pesquisa, bem como a escola do Tribunal de Contas da União (TCU) - o Instituto Serzedello Corrêa.

Em meio a pandemia de COVID-19, quando as pessoas tiveram que se desdobrar para aprenderem a utilizar melhor a tecnologia, visto que o mundo parou e o único meio de comunicação com outras pessoas era acessando a tecnologia, muitos servidores passaram a trabalhar de forma remota. Nesse momento, a ENAP atingiu um novo recorde de inscrições, chegando à marca de 4 milhões apenas em uma semana, cerca de 60% dessas inscrições foram feitas a partir de março de 2020, início da pandemia¹. De acordo com entrevista de Paulo Marques, Diretor de Desenvolvimento Profissional da ENAP na época da pandemia²:

Esse número consolida a Escola Virtual de Governo como um dos maiores portais de cursos on-line do Brasil. E reforça a missão da Enap de formar e desenvolver agentes públicos, além de servir à sociedade como um todo, fornecendo cursos gratuitos e de qualidade para qualquer pessoa, inclusive estrangeiros.

Segundo dados do “ENAP em Números”³, de março de 2020 até julho de 2021, foram feitas 2,3 milhões de inscrições em cursos, sendo 1,4 milhão em 2020 e outras 830 mil em 2021. Cerca de 1,4 milhão de novos usuários entraram na plataforma de cursos da ENAP no período pandêmico. De acordo com o coordenador-geral de produção de web da ENAP, isso foi possível porque a ENAP investiu na infraestrutura que atende o sistema da Escola Virtual de Governo (EV.G) atendendo, assim, uma demanda maior num período em que foram fechadas escolas em todo o país. Conforme informou Molina, coordenador-geral de produção de web da ENAP, em 2021.

Toda plataforma passou a ser atendida por tecnologias em nuvem, o que tornou possível esse crescimento exponencial. Além disso, evoluímos em outros quesitos, como a gestão baseada em dados, uso de inteligência artificial em alguns processos, melhoria do suporte aos alunos e foco na experiência do usuário.

Segundo ele, a qualidade dos cursos e a participação dos parceiros da EV.G foram fundamentais para o forte crescimento dos últimos meses. Com a pandemia cresceu a

¹ Conforme dados disponibilizados no Portal da ENAP:

<<https://www.enap.gov.br/acontece/noticias/inscricoes-em-cursos-a-distancia-crescem-quase-60-e-chegam-a-4-milhoes/>>, acesso em 02 de setembro de 2025.

² Idem

³ Disponível em: <<https://emnumeros.escolavirtual.gov.br/indicadores/>>, acesso em 02 de setembro de 2025.

quantidade de usuários da EV.G e também elevou o percentual de alunos que concluíram os cursos. De acordo com os dados disponibilizados no portal da ENAP, o Exército Brasileiro e a Polícia Militar lideram o ranking de maior número de alunos inscritos, logo atrás, vem a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, o Ministério da Economia e os Tribunais de Justiça dos Estados.

Até aqui focamos nossa atenção na apresentação e discussão dos principais aspectos relacionados às Escolas de Governo do Brasil, dando ênfase nas ações desenvolvidas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Apresentamos também a Política de Capacitação dos Servidores Públicos, trazendo a importância das EG para a eficiência do serviço público e atendimento ao público externo/comunidade. A análise de todos os dados dessa primeira seção permitiu compreender como tais políticas vêm evoluindo ao longo do tempo e quais desafios ainda permeiam nessa área. A seguir, lançaremos um olhar específico para o Instituto Legislativo Brasileiro, a escola de governo do Senado Federal, destacando sua relevância como um espaço de formação de competências no setor público na esfera federal.

2. Instituto Legislativo Brasileiro: Formação, capacitação e modernização do Poder Legislativo

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) é um órgão da esfera federal, vinculado ao Senado Federal, conhecido como uma Escola de Governo. No entanto, só teve esse reconhecimento de ser uma EG em 2012, quando a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) considerou-a como tal. Foi fundado em 1997 para formação, treinamento e aperfeiçoamento dos recursos humanos do Poder Legislativo Federal. Atualmente se destaca por ofertar programas de capacitação, formação e desenvolvimento profissional voltados para servidores públicos, parlamentares ou cidadãos.

Credenciado pelo MEC para oferecer seu próprio programa de pós-graduação para servidores do Senado Federal e de órgãos parceiros como o TCU, Câmara dos Deputados etc., o ILB é uma Universidade do Legislativo bastante reconhecida pela qualidade de seus cursos e pelo corpo docente. De acordo com o portal do Senado Federal⁴, da primeira oferta de cursos *lato sensu* por este órgão, em 2001, até o final de 2024, foram formados 669 alunos, conforme informações do Serviço de Secretariado Acadêmico.

Ainda de acordo com o site do ILB, destacamos que seus objetivos são: “conceber, formular, executar e avaliar as atividades de formação e capacitação no âmbito do Senado

⁴ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/escoladegoverno/sobre>> acesso em 30 de setembro de 2025.

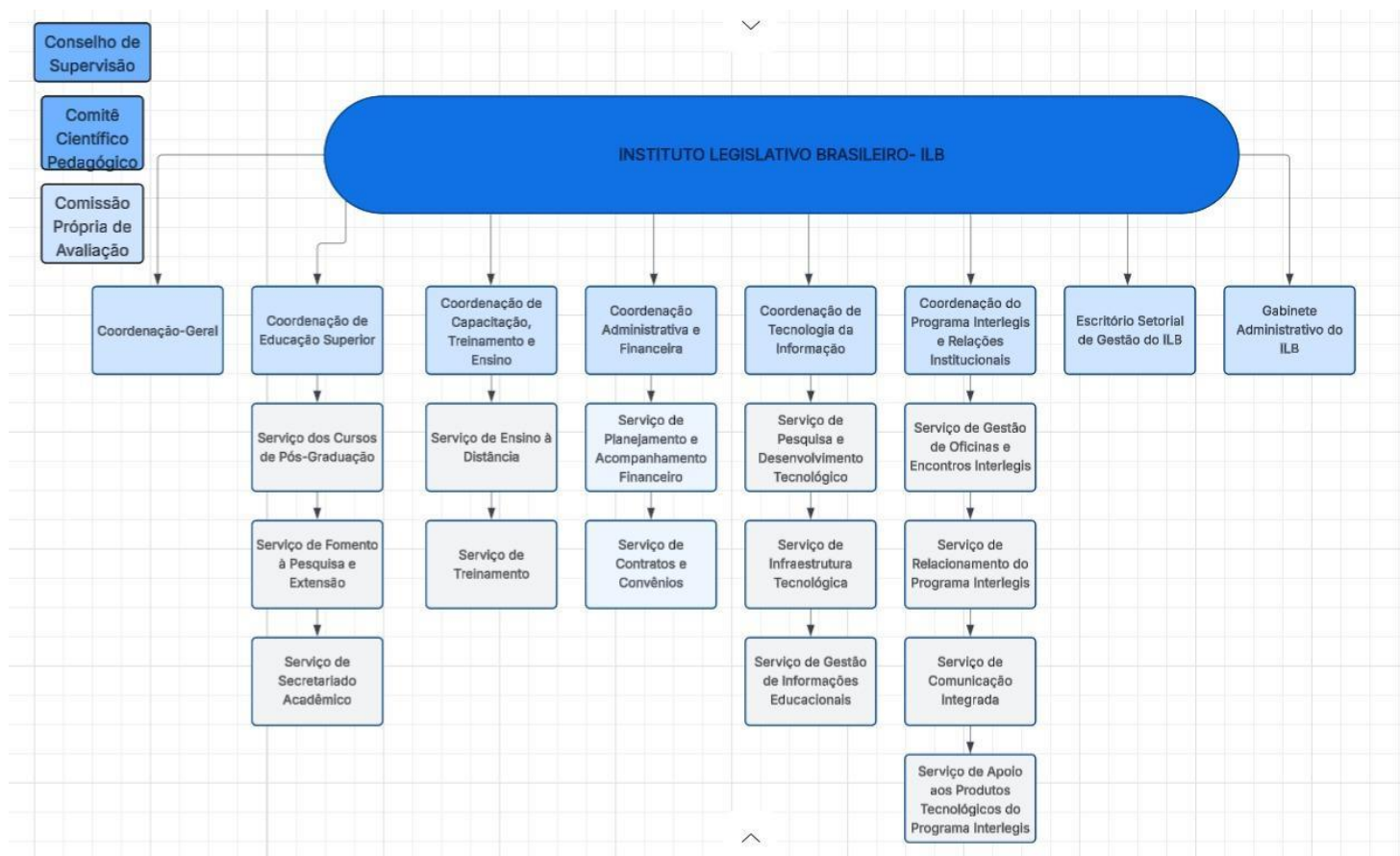
Federal, elaborar programas de estudos avançados, inclusive em convênio com outros parlamentos e instituições, bem como contribuir para o aperfeiçoamento do serviço público”. De acordo com o Art. 2º, inciso III da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, o ILB consiste em uma:

Escola de Governo (EG) criada e mantida por instituição pública, na forma do art. 39, § 2º da Constituição Federal de 1988, do art. 4º do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, credenciada pelo CNE, por meio de instrução processual do MEC e avaliação do Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira (Inep), observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 30 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, no que se refere à oferta de educação a distância, com atuação voltada precipuamente para a formação continuada de servidores públicos.

Essa resolução é uma norma do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Superior (CES), que estabelece diretrizes e normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil. Ela trata da definição dos cursos *lato sensu*, que são cursos de especialização para aperfeiçoar os conhecimentos profissionais. Também trata dos requisitos para oferta que podem ser oferecidos pelas instituições de ensino superior credenciadas. Traz também orientações sobre o corpo docente, cuja grande maioria precisa ter título de mestre ou doutor e também sobre a certificação desses cursos e daqueles ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD).

Não podemos falar sobre o Instituto Legislativo Brasileiro sem mencionar o programa Interlegis, que nasceu juntamente com o ILB e funciona como um Conselho de Supervisão, onde técnicos do Senado desenvolvem a parte tecnológica que ajuda na modernização, segurança dos dados e na transparência dos trabalhos em câmaras municipais e assembleias legislativas. Existem vários sistemas oferecidos para as casas legislativas desenvolvidos pelo Interlegis, que também promove oficinas para capacitação e treinamento para a utilização dessas ferramentas tecnológicas e aperfeiçoamento de formação de gestores de todo o Brasil. Enquanto o ILB oferece formação e desenvolvimento para servidores, o Interlegis foca em integrar e modernizar as Casas Legislativas do Brasil através de tecnologias, ferramentas e serviços que facilitam o processo legislativo. Juntamente com o Interlegis, atuam outros órgãos do próprio ILB, que irei apresentar no organograma abaixo:

Imagem 1: Organograma do Instituto Legislativo Brasileiro



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Todas as coordenações e setores que constam neste organograma atuam juntos para uma melhor qualidade da capacitação, formação e desenvolvimento profissional no Senado Federal voltados para servidores públicos, parlamentares ou cidadãos. Esse campo da administração pública tem uma finalidade importante para os servidores da Casa. No entanto, nem todos se interessam em realizar cursos, muitas vezes por conta das demandas que podem ser bem grandes ou mesmo por não possuírem muitas informações a respeito, como a possibilidade de fazer a inscrição gratuitamente, principalmente os servidores comissionados. A seguir, darei ênfase em duas coordenações e seus setores, que são mais focados na parte pedagógica do ILB, e se trata da minha área de pesquisa e estágio.

A Coordenação de Educação Superior (COESUP), gerencia e supervisiona toda a área acadêmica de nível superior do ILB, incluindo cursos de pós-graduação, extensão e atividades

de pesquisa. Trata-se de uma coordenação que está sempre promovendo a produção de conhecimento sobre o Poder Legislativo e sua atuação no sistema democrático, garantindo que tais atividades contribuam para a formação acadêmica e cidadã. Dentro dessa coordenação, temos os seguintes serviços: Serviço dos Cursos de Pós-Graduação (SEPOS), que organiza toda a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações), voltados ao interesse do Poder Legislativo, garantindo a qualidade acadêmica para os servidores. O Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão (SEFOPEE), que é onde estou lotada atualmente no meu estágio não obrigatório, é a área encarregada de impulsionar a produção de conhecimento e a troca acadêmica na área legislativa, promovendo a produção científica, as parcerias institucionais e a disseminação de conhecimento sobre o Poder Legislativo, oferecendo cursos de extensão e eventos de disseminação. E por último nessa coordenação, temos o Serviço de Secretariado Acadêmico (SESEA), onde é organizada e administrada toda a parte acadêmica e administrativa voltada aos cursos, pesquisas e capacitações do ILB, fazendo todo o papel de uma secretaria, onde fica toda a vida do ILB, garantindo a organização dos registros, emissão de documentos e etc.

Outra coordenação que atua juntamente com as demais e tem um trabalho mais pedagógico é a Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino (COTREN), que planeja, organiza, executa e avalia todas as ações de formação e desenvolvimento dos servidores do Senado. Com foco na melhoria do funcionamento do Poder Legislativo, o serviço também gerencia toda a política de capacitação dos servidores, garantindo que todos os processos de formação sejam sempre atualizados e alinhados às necessidades da instituição. A COTREN também possui os seus serviços essenciais, sendo eles: Serviço de Ensino à Distância (SEED), que cuida das ações de capacitação realizadas em formato on-line, garantindo toda a qualidade pedagógica e técnica. O Serviço de Treinamento (SETREINA), onde cuidam das ações de capacitação presenciais ou híbridas, focando no desenvolvimento profissional e na atualização de conhecimentos, garantindo que a Casa esteja sempre atualizada em relação às inovações legislativas e administrativas.

As coordenações e setores apresentados acima são aqueles que fazem todo o trabalho pedagógico do ILB, atuando sempre em equipe para trazer a qualidade de ensino no âmbito do setor legislativo.

Acima, apresentei a estrutura do ILB, trazendo suas principais coordenações e setores. Na seção a seguir, apresentarei um relato de experiência sobre a minha vivência de estágio em pedagogia no ILB e pontuarei sobre o papel do pedagogo nesses espaços não escolares,

trazendo possíveis reflexões, desafios enfrentados e a importância de se ter mais pedagogos nesses espaços.

3. O papel do pedagogo em espaços não escolares: Reflexões e vivências no Instituto Legislativo Brasileiro

Grande parte da sociedade e até mesmo alguns profissionais da área educacional, não sabem e nem entendem qual seria o papel do pedagogo em espaços não escolares, visto que o papel mais “tradicional” de um pedagogo é estar em sala de aula na educação básica lecionando para crianças. Mas a pessoa graduada em Pedagogia pode atuar em diversos espaços, sendo órgãos públicos, empresas privadas (recursos humanos, desenvolvimento profissional), hospitais (pedagogia hospitalar), espaços culturais (museus e bibliotecas), sistema socioeducativo (internação) e também em ONGs, com projetos sociais. Em todas essas diferentes áreas os pedagogos podem desempenhar um papel fundamental, que deve ser compreendido e valorizado. É a partir desse entendimento que Libâneo (2010, p.51) afirma: “[...] o campo de atuação do profissional formado em Pedagogia é tão vasto quanto são as práticas educativas na sociedade”.

O pedagogo deve atuar em espaços não escolares para conferir um caráter pedagógico e de planejamento com foco no desenvolvimento integral do indivíduo, oferecendo uma educação formativa, didática e democrática, complementando o ensino formal. Dentro desses espaços ele tem um papel crucial, atuando na organização e em projetos de compartilhamento de saberes, selecionando conteúdos e participando da gestão de projetos educativos, visando sempre o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, destaca-se o papel de promoção de um conhecimento estruturado e seu compartilhamento de forma respeitosa e inclusiva, independente do local de atuação, seja na educação básica ou em outras áreas da pedagogia.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006) surgiram para ampliar o perfil do pedagogo, pois antes dessa Resolução, o foco era primordialmente à docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. De acordo com o Art. 5º, inciso IV da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, o pedagogo deve: “trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo” (Brasil, 2006).

Na prática, observamos que muitos currículos dos cursos de graduação em Pedagogia não abrangem tanto essas práticas educativas fora da escola de educação básica. Nesse

sentido, evidencia-se uma priorização na formação dos pedagogos para a docência, relegando a atuação em espaços não escolares a um papel secundário, quando não uma lacuna vazia. Na Universidade de Brasília, por exemplo, pouco se fala em educação em espaços não escolares, havendo somente uma disciplina voltada para isso, que é o Estágio obrigatório IV, com uma carga horária de 90h a serem cumpridas, 60h nesses espaços e 30h de atividades de orientação na UnB.

Acredito que deveriam existir mais disciplinas obrigatórias voltadas para o pedagogo que pretende atuar ou ampliar os seus conhecimentos pedagógicos em outras áreas. Inclusive esse foi um dos motivos por eu ter escolhido realizar a minha pesquisa de Trabalho de Final de Curso sobre esse tema, que parte de minha experiência de trabalho em um espaço não escolar. É preciso repensar os currículos dos cursos de graduação em Pedagogia, integrando de forma mais clara e sistemática o espaço não escolar, mostrando que a identidade do pedagogo vai além da docência e se amplia em múltiplos espaços sociais. Assim, os pedagogos podem sair da universidade mais capacitados para atuarem nesses espaços, podendo gerir processos educativos em diferentes contextos. Souza (2021) defende que a pedagogia precisa ser compreendida como ciência da educação, e não apenas como ciência do ensino.

Em meu estágio no ILB, pude vivenciar um espaço não escolar centrado na capacitação de servidores com um enfoque corporativo totalmente voltado para políticas públicas, administração e etc. Nesta instituição há poucos pedagogos e os poucos que têm acabam sendo sobrecarregados com tantas tarefas e, às vezes, até assumindo tarefas de outros setores. Pude observar que o pedagogo tem um papel crucial dentro do ILB, assumindo muitas atividades.

Dentre algumas funções exercidas pelo profissional da educação no ILB destaco: a participação em muitas reuniões que englobam toda a parte pedagógica dos cursos que o ILB oferta, planeja e organiza. Cabe ao pedagogo pensar de que forma serão aplicados os cursos, estipular a carga horária, dar todo o apoio e suporte aos docentes e discentes, conferir os planos de ensino e projetos pedagógicos. Ademais, são os pedagogos que conferem se os projetos apresentados pelos docentes estão de acordo com as normas regimentais e se atendem às necessidades e demandas educacionais daquela instituição. Embora os docentes contratados para ofertar um curso do Senado Federal sejam extremamente capacitados para lecionar, muitos não são da área da Pedagogia e nem sabem a melhor maneira de se realizar um plano de ensino. Assim, os pedagogos estão sempre conferindo e corrigindo até o curso ser de fato aprovado para que se dê início às aulas.

Cada etapa de um curso, desde a sua idealização, planejamento e organização é estritamente avaliada e analisada antes de iniciar efetivamente, visando manter sempre a qualidade das ações de capacitação do Senado Federal. Todos os cursos são acompanhados por um pedagogo do início ao fim. Até mesmo quando um estudante pretende desistir do curso, o pedagogo é o principal responsável por fazer toda a mediação para que aquele servidor não desista e venha a conquistar o seu diploma. Essa atuação materializa o que as Diretrizes Curriculares Nacionais propõem no art 4º, inciso II ao reconhecer que o pedagogo deve estar apto a “planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar projetos e experiências educativas não escolares”.

Com essa experiência de vivenciar um pouco mais de perto o trabalho do pedagogo no ILB e participar das reuniões de alinhamento pedagógico, pude perceber que não estudamos praticamente nada sobre educação corporativa na universidade. A partir disso que passei a notar e valorizar a importância da ação pedagógica em espaços voltados à formação cidadã e profissional, que vão muito além das escolas de educação básica e superior. Observo que muitos profissionais que atuam no ILB não conseguem realizar suas demandas de trabalho sem a ajuda de um pedagogo e acredito que isso enfatiza ainda mais o nosso papel como agente de transformação social e institucional.

O trabalho do pedagogo em órgãos públicos mostra que podemos e devemos ocupar um lugar estratégico nas políticas de formação e capacitação desses servidores. De acordo com Magalhães (2023, p.11):

Sua contribuição se estende para a construção de identidades e subjetividades relacionadas ao território, à infância, à juventude, ao trabalho e à profissão e dos vínculos mais ou menos permanentes com outros sujeitos, com o conhecimento e a ciência e com exercício da cidadania e da criticidade.

Por mais que os servidores valorizem muito o trabalho do pedagogo no Instituto Legislativo Brasileiro, em meu estágio pude refletir que até mesmo nesses espaços somos constantemente desvalorizados. A ausência de cargos efetivos específicos para pedagogos em muitos órgãos da administração pública e a predominância de contratos comissionados revelam essa desvalorização profissional. Como dito anteriormente, existem poucos profissionais para muitas demandas, o que pode ser desmotivador, pois limita a construção de sua identidade profissional sólida. Essa realidade também é um tanto contraditória, pois estamos contribuindo para a formação e capacitação de servidores públicos, mas na posição de servidor comissionado. Assim, a qualquer momento os pedagogos podem ser exonerados

de seu cargo em comissão e provavelmente serem substituídos por outros servidores com outra formação profissional e que não terá a mesma visão e competência de alguém formado para exercer aquele papel. Esse cenário mostra que precisam ocorrer não apenas mudanças curriculares, mas também a implementação de políticas institucionais que garantam a estabilidade, autonomia e que reconheçam o pedagogo nos espaços não escolares.

Em conversas com pedagogos do ILB, inclusive de uma pessoa recém-formada na área e que começou como estagiário lá dentro e logo foi contratado, pude escutar que é uma grande oportunidade para quem acabou de se formar, para que possamos ampliar nossos conhecimentos pedagógicos e ter tempo para decidir o que de fato queremos seguir na carreira docente, visto que estudantes que acabaram de se formar muitas vezes se encontram perdidos sem saber para qual lado seguir. Mas esta não é uma oportunidade que todos os estagiários têm, em virtude da falta de vagas, embora isso seja uma pauta de grandes discussões em reuniões, pois há bastante demanda e poucos servidores capacitados para atuar nessa área. Já com outros pedagogos que estão formados há mais tempo, pude escutar que é um trabalho excelente e muito transformador, mas que pode ser bem cansativo dependendo do mês, pois há meses em que a demanda para esses pedagogos triplica e fica difícil de conciliar tudo. Essa realidade justifica ainda mais a importância de colocarem mais pedagogos nesses ambientes de educação não escolar, e claro, atuando como servidores efetivos para evitar desgastes e desmotivação nesses profissionais.

Mas afinal, o que um estagiário de Pedagogia faz no Instituto Legislativo Brasileiro? Eu, como uma dessas estagiárias, irei contar um pouco mais sobre essa atuação. O trabalho de um estagiário dentro dos espaços não escolares, focando na parte corporativa, pode ser, em certa medida, mais administrativo. Ademais, realizamos tudo que o pedagogo já formado faz, sempre ajudando ele a construir relatórios, corrigir planos de ensino e montar projetos pedagógicos dos cursos e eventos que o ILB realiza. Outras demandas que ficam mais para o estagiário realizar, mas sempre com a intervenção do pedagogo, se necessário, é o monitoramento das aulas, abrindo salas (sejam elas on-line ou presenciais) e organizando a sala de aula ou o ambiente virtual para que o professor chegue e esteja tudo pronto para que sua aula comece dentro do horário previsto. Também cuidamos da frequência dos alunos, registrando sempre no sistema educacional do Senado Federal; controlamos as pautas de notas ao fim do curso, o professor realiza e nós subimos para o sistema; enviamos e-mails para aqueles alunos faltantes para alertá-los quanto às faltas; tiramos dúvidas dos discentes e docentes quando necessário; subimos documentos importantes para o sistema do Senado Federal, para assinaturas de interessados/responsáveis em determinado assunto; divulgamos

possíveis eventos e cursos que estejamos prestes a realizar no próprio site da Escola de Governo e/ou através de e-mails, mensagens no canal de *WhatsApp* do setor responsável por tal ação educativa e muitas outras demandas que podem vir a ocorrer.

É um trabalho muito interessante e inovador, mas que tive muitas dificuldades no início, justamente pela carência de aproximação com as práticas educativas corporativas e institucionais na nossa formação inicial. Essas dificuldades todos têm ao se deparar com algo novo, mas aos poucos fui aprendendo e posso dizer que me destaco neste trabalho. Se para nós que realizamos esse trabalho diário, consideramos como algo inovador e instigante, aos olhos de quem ainda se limita a enxergar a pedagogia somente em sala de aula, essa atuação é, muitas vezes, invisibilizada e subestimada. Acredito que essa visão pode acabar contribuindo para a desvalorização do pedagogo, impedindo o reconhecimento de seu papel na formação continuada e na construção de espaços educativos em seus diferentes contextos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho Final de Curso teve o objetivo de discutir sobre Escolas de Governo enquanto espaços educativos, enfatizando seu papel na formação continuada de servidores e no desenvolvimento das práticas pedagógicas voltadas para a administração pública. A pesquisa realizada, juntamente ao relato de experiência de estágio não obrigatório no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), permitiu a compreensão de como esses espaços podem desempenhar um papel importante na modernização do Estado e na qualificação profissional de servidores públicos.

Ao pesquisar sobre Escolas de Governo, foi perceptível que essas instituições surgiram em resposta às grandes demandas por uma administração pública mais eficiente, transparente e preparada. A consolidação de políticas de formação continuada, como a Política Nacional de Capacitação de Servidores, traz a compreensão de que o aprendizado permanente é essencial para a melhoria da gestão pública. Nesse cenário, órgãos como a ENAP e o ILB foram os protagonistas ao oferecerem cursos, programas e ações formativas que dialogam com as necessidades reais do Estado contemporâneo.

Na análise do ILB, ficou evidente a sua importância como Escola de Governo vinculada ao Senado Federal, responsável pelos processos formativos que fortalecem o Poder Legislativo e qualificam servidores, parlamentares e cidadãos, se mostrando essencial para a

difusão de conhecimento legislativo, para o desenvolvimento de competências profissionais e para a modernização de processos administrativos por meio da educação.

A vivência de estágio apresentada neste trabalho, pôde trazer uma reflexão sobre o papel do pedagogo em espaços não escolares, destacando a amplitude e a complexidade dessa atuação, mostrando que o pedagogo é o principal responsável por funções estratégicas no ILB, participando de planejamentos, executando e avaliando cursos, assessorando docentes, mediando processos formativos e garantindo a qualidade pedagógica das ações educativas. Também foi possível observar que a formação inicial em Pedagogia carece de uma maior aproximação às práticas educativas corporativas e institucionais, o que mostra a necessidade de uma revisão curricular aprofundada para contemplar aqueles que pretendem atuar nesses espaços não escolares.

A experiência no ILB revelou desafios importantes, como a escassez de pedagogos, a sobrecarga de trabalho, a ausência de cargos efetivos específicos para pedagogos e a baixa visibilidade deste profissional diante de equipes multidisciplinares. Diante disso, é notória a necessidade de políticas institucionais que reconheçam e valorizem a importância dos pedagogos na formação de servidores e na consolidação de práticas educativas no setor público.

Por fim, este Trabalho Final de Curso, contribui para ampliar a compreensão sobre o quão importante são os Pedagogos em espaços não escolares, focando no contexto das escolas de governo. Ao trazer essa pesquisa para o campo acadêmico, busca-se incentivar novas pesquisas e reflexões que valorizem o profissional de pedagogia em seus diferentes contextos, mostrando que sua identidade profissional vai além da sala de aula. Com isso, espera-se promover o reconhecimento para a Pedagogia enquanto área fundamental para a transformação social, institucional e cidadã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7, de 8 de setembro de 2011**. Brasília, DF: ABMES, 2011. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CES-007-2011-09-08.pdf>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Os avanços da reforma na administração pública: 1995-1998**. Brasília: MARE, 1998. (Cadernos MARE da Reforma do Estado, n. 15).

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Gestão da Informação e Documentação. **Ato da Comissão Diretora Nº 14, de 2022**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/rasf>. Acesso em 30 de setembro de 2025.

CARNEIRO, José Mario Brasiliense et al. Escolas de Governo: **Formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal, 2020.

COELHO, Fernando de Souza; LEMOS, Murilo. Escolas de Governo: conceitos, panorama no Brasil e uma agenda para o nível local. In: COELHO, Fernando et al (orgs.). **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal, 2020.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **ENAP em Números**. Brasília: ENAP. Disponível em: <https://emnumeros.escolavirtual.gov.br/indicadores/>, acesso em 02 de setembro de 2025.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). Portal da ENAP, 2021. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/acontece/noticias/inscricoes-em-cursos-a-distancia-crescem-quase-60-e-chegam-a-4-milhoes/>, acesso em 02 de setembro de 2025.

FERNANDES, Ciro Campos Christo. **Escolas de governo: conceito, origens, tendências e perspectivas para sua institucionalização no Brasil**. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 8., 2015, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília, DF: CONSAD, 2015.

FREIRE, A.; PALOTTI, P. L. M. (org.). Introdução. In: **Servidores públicos federais: novos olhares e perspectivas**. Brasília: ENAP, 2015. p.23-52. (Caderno Enap, 42).

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. **Função sociopolítica da educação e o papel dos pedagogos na educação não-escolar: âmbitos de atuação político-pedagógicos e campos teórico-profissionais**. Olhar de Professor, Ponta Grossa, v.26, 2023. p.1-23.

SENADO FEDERAL. Instituto Legislativo Brasileiro. **ILB: sobre**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/escoladegoverno/sobre>. Acesso em 30 de setembro de 2025.

SOUZA, Mariana Aparecida Serejo de. **O lugar da educação não escolar nos currículos de Pedagogia**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.102, n.262, p. 779-801, 2021.